



# 2017

Janeiro/Fevereiro/Março



OS DESTAQUES DO CAO DIREITOS HUMANOS  
NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017





## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Sérgio Luiz Morelli  
Mauri Valentim Ricciotti  
Hudson Shiguer Kinashi  
Olavo Monteiro Mascarenhas  
Irma Vieira de Santana e Anzoategui  
Nilza Gomes da Silva  
Silvio Cesar Maluf  
Antonio Siufi Neto  
Evaldo Borges Rodrigues da Costa  
Marigô Regina Bittar Bezerra  
Belmires Soles Ribeiro  
Humberto de Matos Brittes  
Miguel Vieira da Silva  
João Albino Cardoso Filho  
Lucienne Reis D'Avila  
Ariadne de Fátima Cantú da Silva  
Francisco Neves Júnior  
Edgar Roberto Lemos de Miranda

Marcos Antonio Martins Sottoriva  
Esther Sousa de Oliveira  
Aroldo José de Lima  
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto  
Gerardo Eriberto de Moraes  
Luis Alberto Safraider  
Sara Francisco Silva  
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya  
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo  
Helton Fonseca Bernardes  
Gilberto Robalinho da Silva  
Paulo Cezar dos Passos  
Jaceguara Dantas da Silva Passos  
Rodrigo Jacobina Stephanini  
Silasneiton Gonçalves  
Sérgio Fernando Raimundo Harfouche  
Alexandre Lima Raslan

### EXPEDIENTE

Procuradora de Justiça e Supervisora da Assecm - **Ariadne de Fátima Cantú Silva**  
Jornalistas - **Waléria Leite/Ana Paula Leite/Elizete Alves/Ana Carolina Vasques**  
Marketing - **Cynthia Silveira/Ariani Mortari**  
Produção Audiovisual - **Felinto Paes/José Guilherme**  
Secretária - **Sandra Campos**  
Assessora Jurídica - **Luciana Zucarelli**  
Revisão - **Suzana Baroli**  
Estagiários - **Arthur Figueiredo/Eduardo Assis/Giovana Silveira**

### MPMS

Rua Pres. Manoel Ferraz Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, CEP 79031-907, Campo Grande-MS  
Contato: [assecom@mpms.br](mailto:assecom@mpms.br) Telefone: (67) 3318-2135





Prezado leitor:

Sou membro do Ministério Público de Mato Grosso do Sul desde 1992, tendo participado ativamente de vários momentos importantes para nossa Instituição. Mas a atual quadra da história nos surpreende. Sempre tive a absoluta convicção que a sociedade brasileira tem evoluído em vários aspectos, amadurecendo democraticamente e com importante contribuição do Ministério Público para consecução desse longo processo. No entanto, durante o desenrolar da maior operação de combate à corrupção de da história da República, por iniciativa de vários parlamentares, tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos que impactam diretamente o Ministério Público.

É necessário se ter a compreensão que - infelizmente - a corrupção se infiltrou no sistema brasileiro, conforme revela a denominada Operação Lava Jato e atuação cotidiana dos membros do Ministério Público brasileiro em suas inúmeras ações pelo Brasil. A atuação uniforme, serena e eficiente do Ministério Público continuará contribuindo para melhoria do país e da qualidade de vida dos cidadãos. Mas precisamos do apoio da sociedade e tornar cada vez mais transparente nossa atuação, prestando contas aqueles que são a razão da existência da nossa Instituição: o povo.

A presente publicação tem como objetivo mostrar a atuação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Tenham uma boa leitura.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MPMS

## Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça  
Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Aroldo José de Lima**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

## MPMS PARTICIPA DA ENTREGA DE OVOS DA CAMPANHA DE PÁSCOA DO TJMS

Foto: Assessoria TJMS



Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva Passos participou na manhã do dia 10/04, no plenário do Tribunal Pleno do TJMS, da entrega simbólica dos ovos de Páscoa para as entidades atendidas pela campanha “Páscoa Solidária” do Tribunal de Justiça, incentivada pelo presidente do TJ, Des. Divoncir Schreiner Maranhão.

Foram presenteadas por parceiros da campanha 80 crianças acolhidas pelo Abrigo Vovó Milóca, Casa Lar Atos de Amor, Abrigo Segunda Casa, Casa da Criança Peniel, Projeto Escoteiros Mario Dilson, do Jardim Noroeste, e Projeto Orquestra Indígena de Campo Grande.

Foi uma manhã de diversão para a criançada, que além de receber os ovos do Coelho “Justus”, também brincaram, cantaram e tiraram fotos. Na ocasião, a Orquestra Indígena da Fundação Ueze Zahran, com o professor Jardel Vinícius, apresentou duas músicas. Durante a entrega, João Vitor Machado de Oliveira, da Casa da Criança Peniel, e Beatriz Aparecida Marcelina Detroi, da Segunda Casa, fizeram um agradecimento, o Grupo de Escoteiros Mario Dilson do Jardim Noroeste apresentou seu grito de guerra e o Pastor Aluizio Marques deu uma bênção. Na solenidade, foi feito ainda um agradecimento especial a Viviane Alves, grande apoiadora da campanha, à servidora aposentada Marilza Moreno e aos juízes César de Souza Lima, da comarca de Dourados, e André Luiz Monteiro, da comarca de Corumbá.

Para a entrega, compareceram ainda a diretora do Colégio Auxiliadora, Rosmeire Ribeiro Ferreira, representando a Unisaúde, Nilton Kiyoshi Kurachi, Arnaldo Venturelli, pelo Grupo FM Capital 95, Fernanda Pacheco, pelo Moto Clube Hog, Álvaro Schiptore da Ouvidoria do Tribunal de Contas, Cesar Quintas, pela Fundação Ueze Zahran, Marcelo do Lions Clube, e os desembargadores Geraldo de Almeida Santiago e Nélio Stábile. As crianças receberam os ovos das mãos das autoridades, que demonstraram emoção em participar do ato solidário.

Nesta 3ª Edição da Páscoa Solidária foram apadrinhadas todas as 1.560 crianças cadastradas, porém quem quiser pode fazer mais doações pois ainda há crianças na fila de espera para receberem os ovos, sem contar as crianças que foram cadastradas nos abrigos após o fechamento da lista para apadrinhamento.

Esta edição da campanha Páscoa Solidária do Tribunal de Justiça, por meio do Pacijus, teve como parceiros o Tribunal Regional Eleitoral de MS, a Justiça Federal de MS, o Jornal O Estado de MS, o Cartório do 5º Ofício da Capital, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a Softplan, a Distribuidora Mécari, o Sindijus, a Escola Máxima, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a Unisaúde, a Unimed, o Moto clube HOG, o Moto clube DDW e o Lions Clube.

\*Autor da notícia e foto: Secretaria de Comunicação



## MOSTRA FOTOGRÁFICA “SOBREVIVENTES - DA CASA ABRIGO AO RECOMEÇO” É EXIBIDA NA PGJ

No dia 10/03 a Mostra Fotográfica “Sobreviventes - Da Casa Abrigo ao recomeço” foi exibida no saguão da Procuradoria-Geral de Justiça.

A mostra faz parte do projeto da Casa Abrigo para Mulheres em Risco de Morte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) com fotografias do Juiz de Direito, Marcus Abreu de Magalhães.

Segundo o Juiz de Direito Marcus Abreu de Magalhães o convite para a realização da mostra fotográfica partiu de uma ideia da Promotora de Justiça e Assessora Especial Ana Lara Camargo de Castro e a Coordenadora da Casa Abrigo, Ana Patrícia Nassar, de fazer algo que chamasse atenção da sociedade para a temática de situação de

violência doméstica. Nesse sentido tiveram a ideia de levantar fotografias de mulheres que já tinham passado pelo Abrigo e tinham sobrevivido a essa situação. Com isso foram selecionadas cinco mulheres voluntárias para serem fotografadas e contaram um pouco da sua história. “Isso foi muito interessante e foi o que motivou as fotografias”, ressalta.

O Juiz de Direito conta que a paixão por fotografias vem desde a época que se usava filmes, fazia revelação. “Minha mãe dava aulas de fotografia e eu tiro fotos há uns 25 anos. Já ganhei até prêmio, fiz uma foto jurídica na época da reforma da previdência anterior”, comemora.



Fotos: Assecom

## V ENCONTRO ESTADUAL NA LEI MARIA DA PENHA É MARCADO POR LANÇAMENTO DE LIVRO E MOSTRA FOTOGRÁFICA



Exposição fotográfica, lançamento de livro e palestra abrilhantaram o V Encontro Estadual na Lei Maria da Penha que aconteceu no dia 10/03 na Procuradoria-Geral de Justiça.

A mesa solene foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos e composta ainda pelo Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, Coordenador do NEVID (Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher); pelo Professor Dr. Spender Toth Sydow, Advogado; pela presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Carine Beatriz Giaretta, representando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul Mansour Elias Karmouche; pelo Procurador-Chefe do Ministério Público Militar, Alexandre José de Barros Leal Saraiva; pela Juíza da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Jacqueline Machado, representando o Desembargador Divoncir Schreiner Maran, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; pela Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre; pela Subsecretária de Políticas para a Mulher, Carla Stephanini; e pelo Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues,

presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMMP).

Em seu discurso, o Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos agradeceu a presença de todos e destacou que o V Encontro Estadual na Lei Maria da Penha é um evento que tem como objetivo discutir, na realidade, a cidadania. “Quando nós falamos em discussões acerca da Lei Maria da Penha, estamos pensando em tornar real aquilo que a Constituição Federal claramente expõe no Art. 5º, de que todos somos iguais perante a lei”. No entanto, ele ressalta que ser igual em uma sociedade extremamente injusta com as crianças, com as mulheres, com os homens e com as próprias Instituições não é fácil. “Não é fácil tentar fazer o que é certo”, lamenta. Contudo, mesmo diante de todas as adversidades, Paulo Passos garante que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul jamais parará ou cessará a sua atuação firme, serena e independente em prol de uma sociedade melhor e mais justa.

Na oportunidade, o Procurador-Geral de Justiça fez um reconhecimento público à Promotora de Justiça e Assessora Especial Ana Lara Camargo de Castro que, além de atuar na Instituição, consegue também ter produção acadêmica. “Quero fazer este reconhecimento aos pais da Ana Lara que estão aqui presentes e que tenho certeza que têm muito orgulho de sua filha. Além de ser minha assessora é minha amiga”, completou.





A Secretária da Sedhast Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre agradeceu ao Procurador-Geral de Justiça pelo evento e também pela parceira do Ministério Público Estadual que disponibilizou o espaço para a Mostra Fotográfica “Sobreviventes - Da Casa Abrigo ao recomeço”. “Gostaria de agradecer pela abertura do espaço e também a parceira da doutora Ana Lara e do doutor Marcos que nos proporcionaram essas imagens tão lindas da história dessas mulheres de superação”, comemorou.

Em sua fala, a Juíza Jacqueline Machado agradeceu a todos os Promotores de Justiça que atuam na violência doméstica e familiar contra a mulher, e em especial, à Promotora de Justiça Luciana Rabelo que está na Casa da Mulher Brasileira. “Luciana com sua dedicação, agilidade e empenho todos os dias você salva vidas, obrigada”.

O Procurador de Justiça e Coordenador do NEVID, Francisco Neves Junior, fez uma homenagem ao Dia da Mulher, comemorado no dia 08 de março, e leu um texto sobre a história de luta contra a violência doméstica e familiar e pela igualdade de direitos. Ele também aproveitou a oportunidade para homenagear as mulheres Cinthia, Suely, Roseli e Alessandra que foram fotografadas pelo Juiz de Direito, Marcus Abreu

de Magalhães. “Muito obrigada e gostaria de dizer que vocês são umas heroínas”.

A Promotora de Justiça e Assessora Especial Ana Lara Camargo de Castro fez questão de agradecer a todos os envolvidos no evento. “Gostaria de agradecer a presença de todos, as palavras do Procurador-Geral de Justiça, a presença dos meus pais e irmão, as mulheres que fizeram parte da mostra fotográfica, ao meu esposo pelo olhar sensível nas fotos, e à Coordenadora da Casa Abrigo, Ana Patrícia Nassar, que acompanhou a produção das fotos. Quero agradecer também ao Procurador de Justiça e Coordenador do NEVID que sempre apoia os eventos e aos colegas Promotores que atuam na violência doméstica. Meu muito obrigada”, finalizou.

Na sequência, o Professor Spencer Toth Sydow, proferiu palestra sobre o tema “Escravidão Digital”.

No saguão da Procuradoria-Geral de Justiça, aconteceu durante todo o dia o lançamento do livro “Exposição Pornográfica não consentida na Internet” de autoria da Promotora de Justiça e Assessora Especial, Ana Lara Camargo de Castro e Spencer Toth Sydow e também a mostra fotográfica.



Fotos: Assecom

## MPMS REFORÇA A LUTA PELOS DIREITOS E GARANTIAS DAS MULHERES SUL-MATO-GROSSENSSES

Foto: Assecom



A luta no combate à violência doméstica e familiar atingiu diversas Instituições e setores da sociedade. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul trabalha incansavelmente para mudar este cenário, por meio do NEVID (Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), pelas seguintes Promotorias de Justiça de Campo Grande: 47<sup>a</sup>, 48<sup>a</sup>, 65<sup>a</sup>, 66<sup>a</sup> e 72<sup>a</sup>, Promotorias de Justiça do interior do Estado e, também por meio de campanhas de conscientização.

Dados da 72<sup>a</sup> Promotoria de Justiça apontam que, entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2016, houve 21.868 manifestações em procedimentos judiciais. Nos três primeiros meses de 2017, já somam 1.823.

Apesar dos números alarmantes, a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo disse que as mulheres que procuram atendimento estão mais informadas sobre os seus direitos e também sobre as medidas que podem ser tomadas para sua proteção. “O trabalho que fazemos é em conjunto. A mulher vem da DEAM onde registrou o Boletim de Ocorrência e passa pelo atendimento aqui na Promotoria de Justiça”. A Promotora explica ainda que a mulher assistida precisa de uma atenção especial pelo momento de fragilidade em que ela está inserida. “Percebo um reconhecimento neste sentido. Recebemos recentemente uma ligação de uma mulher que sofreu violência doméstica. Ela contou por telefone que registrou o BO com rapidez, logo conseguiu a Medida Protetiva e foi muito bem atendida aqui na Promotoria de Justiça.

Este é o intuito do nosso trabalho e me deixa muito feliz”, comemora.

Além da violência doméstica, ocorrências envolvendo tráfico de mulheres e redes de prostituição são atendidas na 72<sup>a</sup> Promotoria de Justiça. Como é o caso da enfermeira e esteticista, de 34 anos, que procurou a Casa da Mulher. Ela conta que quando tinha 23 anos em uma viagem ao Rio de Janeiro conheceu um rapaz, se apaixonou e resolveu morar com ele. Na época, ele ofereceu a ela um emprego de Corretora de Imóveis. Ela começou a trabalhar com ele como corretora e envolvida com promessas de amor e dinheiro fácil começou a trabalhar em boates também. “Quando me vi, estava envolvida naquele meio, conheci e fiz amizades com várias pessoas. Eu tentei sair de lá e vir embora, mas ele batia em mim e me prendia no apartamento. Fiquei nessa vida cinco anos até que eu consegui fugir e registrei B.O. lá no Rio de Janeiro”, relata. A mulher conta também que, após fazer a denúncia, está sofrendo ameaças e teve fotos e vídeos espalhados pela internet, além de contas sociais e emails que foram hackeadas. “Eu estou sofrendo todos os tipos de ameaças físicas e psicológicas que você possa imaginar”, lamenta. Ela disse que já está com Medida Protetiva e agora espera que algo seja feito para que ela volte a viver em paz. “Eu fui muito bem atendida aqui na Casa da Mulher e também na Promotoria de Justiça. Estou passando por tratamento psicológico, pois entrei em depressão profunda ao ver minha vida exposta”.





Sobre as denúncias da mulher, a Promotora de Justiça Luciana Rabelo disse que o caso está sendo investigado. “Muitas coisas já foram provadas, outras estão em fase de investigação”. Segundo ainda a Promotora, quando uma assistida passa por vários tipos de agressão, o fator psicológico é o mais afetado. “Neste caso, ela está com medida protetiva e passa por acompanhamento psicológico também”, ressalta a Promotora de Justiça.

Serviços  
Não se cale, denuncie!  
Ligue 199 – Patrulha Maria da Penha  
Ligue 190 – Emergência Polícia Militar  
Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher/  
Nacional  
Casa da Mulher Brasileira – 67 3304-7557  
Subsecretaria de Políticas para Mulher – 67 3382-7541

## PROCURADORA DE JUSTIÇA PARTICIPA DE DEBATE SOBRE A LEI MARIA DA PENHA NA OAB

Em comemoração ao Dia da Mulher, a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realizou seminário sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. O evento foi promovido pela Comissão da Mulher Advogada (CMA), Comissão Nacional da Mulher, Caixa de Assistência do Advogado (CAAMS) e Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COMCEVID).

O seminário contou com a participação da Procuradora de Justiça, Jaceguara Dantas da Silva Passos, que proferiu a palestra com o tema “11 anos da Lei 11340/06 e o empoderamento da mulher negra”.

Na ocasião, a Procuradora de Justiça, alertou para o aumento da violência doméstica em Campo Grande nos últimos anos: “Em 2011, a violência doméstica era 35% do total de crimes que os Promotores atuavam. Em 2015, esse número passou para 48% dos crimes praticados na Capital, quase a metade dos crimes”, destacou.

Para reforçar o debate sobre a Lei Maria da Penha, participaram da mesa a defensora pública de Mato Grosso do Sul, Claudia Bossay Assumpção Fassa; a delegada e ouvidora geral da Polícia Civil, Sidnéia Catarina Tobias; a juíza da 3ª vara da Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande, Jacqueline Machado e a defensora

Foto: OAB



pública da segunda instância, Nancy Gomes de Carvalho.

O evento contou com a participação da presidente da Comissão da Mulher Advogada (CMA), Tâmara Sanches Otre, da presidente da COMCEVID, Carine Beatriz, da conselheira da OAB/MS Souvenir Estigarribea Quintanilha, da subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres de Mato Grosso do Sul, Patricia Abdo e com uma das fundadoras da União Brasileira das Mulheres (UBM), Maria do Socorro Nunes Matos.

# JUIZ ACATA PEDIDO DO MPMS EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA E CONDENA BLOGUEIRO POR COMENTÁRIOS HOMOFÓBICOS E OFENSIVOS



O Juiz de Direito David de Oliveira Gomes Filho, da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, condenou o jornalista e advogado Roberto Flávio Cavalcanti por comentários homofóbicos, ofensivos e preconceituosos inseridos no blog pessoal <http://roberto-cavalcanti.blogspot.com>.

O blog foi denunciado pela Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS) que alegou que, no dia 02/11/2007, foi postada uma notícia sobre audiência pública em que se discutiria a característica de utilidade pública para ATMS. Na ocasião, o responsável pelo blog, Roberto Flávio Cavalcanti, munuiu-se de comentários preconceituosos e ofensivos para tratar o assunto.

Após a denúncia, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos, ajuizou a Ação Civil Pública contra o autor do blog, que é morador da cidade do Rio de Janeiro, e determinou que a página disponibilizada na internet fosse retirada do ar e que o responsável fosse condenado ao pagamento de danos morais e coletivos.

O blogueiro Roberto Flávio Cavalcanti, jornalista e advogado, contestou a ação justificando que: “a ideia de direitos humanos de homossexuais não passa de equivocada construção jurídica falaciosa”, e que “os direitos humanos de homossexuais não são direitos socialmente reconhecidos”. Roberto Cavalcanti usou

ainda argumentos religiosos em sua alegação: “de acordo com as leis da Igreja, um homossexual notório deve ser privado da comunhão (portanto, discriminado), não havendo que se invocar a vedação constitucional às discriminações a um emprego desprovido de casuística”, alegou o blogueiro.

O Ministério Público impugnou a contestação do jornalista e o juiz de Direito David de Oliveira Gomes Filho rejeitou a alegação do blogueiro: “É verdade que o artigo ofensivo foi publicado em 02/11/2007, contudo esteve no ar, disponível ao acesso de qualquer pessoas, por pelo menos 7 anos (...) se o texto estava disponível, continuava a produzir efeitos de divulgação a cada dia”.

Observando o art. 5º, da Constituição Federal, que dispõe que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização, pelo dano material e moral decorrente de sua violação”, o juiz entendeu que o referido artigo não distingue as pessoas a quem garante o direito: “Pouco importa se esta pessoa é homem ou mulher, se é preto ou branco, se é religioso ou se é ateu, se é heterossexual ou se é homossexual. Todos têm o direito de viverem como desejarem, especialmente na intimidade, sem que seja permitido a ninguém incitar o ódio”.

Assim, diante do exposto na sentença proferida no último dia 20 de fevereiro, Roberto Flávio Cavalcanti foi condenado ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 15 mil, que serão repassados ao Fundo



Estadual de Assistência Social do Estado de Mato Grosso do Sul.

### **Liberdade de expressão**

Para a Procuradora de Justiça, Jaceguara Dantas da Silva Passos, que na época era titular da 67ª Promotoria de Justiça, essa decisão é muito importante em prol dos direitos humanos, uma vez que ela julga procedente uma ação que objetiva retirar do ar um blog que fere os direitos das pessoas que têm uma orientação sexual diferente.

“Penso que o juiz foi muito feliz em sua manifestação na sentença, quando ele diz que a liberdade de expressão é uma garantia necessária em uma sociedade livre e democrática, entretanto essa liberdade de expressão tem que ser exercida com responsabilidade, porque tudo que se diz e o que se divulga numa sociedade livre e organizada têm que se manter nos limites que impeçam o estabelecimento da anarquia, conforme a delimitação da própria sentença”.

A Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas, reflete

## **“AUTISMO NÃO TEM CARA” É TEMA DE EXPOSIÇÃO NA SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL**



A exposição fotográfica “Autismo Não Tem Cara” foi sediada na Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. O objetivo da mostra de fotográfica é conscientizar a sociedade sobre a luta diária de famílias de adultos e crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O evento teve o lançamento junto com o “1º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes”. A exposição é o quarto sonho realizado pela Fábrica dos Sonhos, projeto paralelo da ONG Liga do Bem, para Grupo Amar (Grupo de Apoio aos Pais e Familiares de Autistas do MS).

O tema “Autismo Não Tem Cara” veio como sugestão da Ana Sauter, mãe da Aline de 9 anos, que passou a idealizar a exposição depois de participar de uma das muitas palestras em da busca pela informação para o

ainda sobre a liberdade de expressão presente na Internet: “não existe liberdade sem responsabilidade, e esse é o limite. Isso é um precedente extremamente interessante nesse momento que nós vemos esses blogs surgindo na nossa cidade, no nosso Estado, em que estão agredindo a honra das pessoas, dos cidadãos, como se isso fosse um direito a ser exercido, quando na verdade isso é um desrespeito, é, sobretudo, ultrapassar todos os limites que o direito protege, abarca, e o Poder Judiciário não só pode, como deve, intervir pra estabelecer o Estado Democrático de Direito e restabelecer a legalidade, a integridade e a honra das pessoas”.

Sobre a decisão do juiz, a Procuradora Jaceguara Dantas argumentou que a honra alheia é um atributo sagrado, e, como tal, deve ser respeitada, sendo um limite da manifestação do pensamento: “O direito à informação, deve ser exercido com responsabilidade porque dentro de uma sociedade democrática, ele deve ser exercido com imparcialidade com ética e é sobretudo um direito do cidadão”, finalizou.



transtorno que a filha tem.

Estão expostas 27 fotografias, registradas pela equipe da fotógrafa Fernanda Viana, que, durante um ensaio realizado no Parque das Nações Indígenas, clicou crianças autistas brincando junto com pais e alguns heróis da Liga do Bem.

Foto: Assecom



**Ministério Público**  
do Estado de Mato Grosso do Sul